



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



214

HABEAS CORPUS Nº: 0204890-4
COMARCA: TUPARETAMA
VARA: ÚNICA
IMPETRANTES: JEOVÁSIO ALMEIDA LIMA e JOÃO ALMEIDA LIMA NETO
PACIENTE: RISONALDO DA SILVA CARDEAL
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

5531

EMENTA: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE CONCRETA EVIDENCIADA PELO *MODUS OPERANDI* DO DELITO. ATRIBUTOS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. PROXIMIDADE DO FIM DA INSTRUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

I – Havendo sido o Paciente preso em flagrante e denunciado por haver efetuado, em meio a uma aglomeração de pessoas, quatro disparos de arma de fogo contra seu desafeto, em seu pescoço e nas costas, sem olvidar que parou de atirar apenas quando lhe passaram a faltar munições, oportunidade em que ainda chutou por duas vezes a cabeça do ofendido, já caído ao solo, e fugiu, necessária se mostra sua custódia cautelar a fim de garantir a ordem pública, dada a sua periculosidade concreta, evidenciada pelo *modus operandi* do delito.

ef



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



215

II - Atributos favoráveis como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida não obstam, por si sós, a decretação ou manutenção da prisão preventiva do réu, quando presente ao menos um dos fundamentos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal.

III – Tendo o processo originário seguido seu curso natural, nos limites do razoável, e estando a conclusão da instrução criminal agendada para data próxima, não se configura constrangimento ilegal por excesso de prazo.

IV – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do *Habeas Corpus* nº **0204890-4**, em que figuram como partes as retromencionadas, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **denegar a ordem**, tudo de conformidade com o relatório e votos constantes das notas taquigráficas anexas, devidamente rubricadas, que passam a integrar o presente aresto, devidamente assinado.

Recife, 3 de fevereiro de 2010.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



216

HABEAS CORPUS Nº: 0204890-4
COMARCA: TUPARETAMA
VARA: ÚNICA
IMPETRANTES: JEOVÁSIO ALMEIDA LIMA e JOÃO ALMEIDA LIMA NETO
PACIENTE: RISONALDO DA SILVA CARDEAL
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

RELATÓRIO

Jeovásio Almeida Lima e João Almeida Lima Neto impetram o presente *habeas corpus* liberatório, com pedido de liminar, em favor de **Risonaldo da Silva Cardeal**, indicando como autoridade coatora o Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca de Tuparetama.

Extrai-se dos autos que o Paciente foi preso em flagrante delito no dia 25/08/2009, pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, incisos III e IV, do Código Penal¹, atualmente figurando como réu nos autos do Proc. nº 483.2009.000187-2.

Isso posto, alegam os Impetrantes que o Paciente faz jus ao benefício da liberdade provisória, em razão de ser primário e possuidor de

¹ Art. 121. Matar alguém:

§ 2º Se o homicídio é cometido:

III- com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



217
bons antecedentes, trabalho e residência fixa, e de não se fazerem presentes, na espécie, os fundamentos da prisão preventiva. Sustentam, outrossim, que o Paciente está sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, em virtude de sua custódia cautelar já durar mais de 110 (cento e dez) dias sem que sequer haja sido designada data de audiência.

A exordial veio instruída com os documentos de **fls. 12/43**.

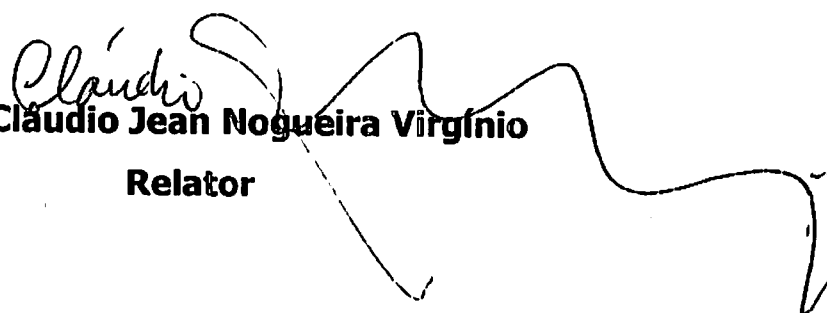
Foi o pedido de liminar indeferido às **fls. 50/52**.

A autoridade dita coatora prestou informações às **fls. 56/57**, às quais fez juntar os documentos de **fls. 58/81**.

Alfim, a Procuradoria de Justiça, por **Sua Exa. a Procuradora Eleonora de Souza Luna**, apresentou parecer às **fls. 85/89**, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 3 de fevereiro de 2010.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio
Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



218

HABEAS CORPUS Nº: 0204890-4
COMARCA: TUPARETAMA
VARA: ÚNICA
IMPETRANTES: JEOVÁSIO ALMEIDA LIMA e JOÃO ALMEIDA LIMA NETO
PACIENTE: RISONALDO DA SILVA CARDEAL
ÓRGÃO JULGADOR: TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL
RELATOR: DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
PROCURADORA: DRA. ELEONORA DE SOUZA LUNA

VOTO

Conforme relatado, aduzem os Impetrantes que o Paciente tem o direito de responder ao processo em liberdade, dadas as suas condições favoráveis e a inexistência dos fundamentos da prisão preventiva. Tal pretensão, todavia, não merece prosperar, senão vejamos.

No que respeita aos fundamentos da custódia cautelar, perceba-se que o Paciente foi preso em flagrante e denunciado por haver efetuado quatro disparos de arma de fogo contra a vítima Djaci Severino da Silva, de modo a causar sua morte.

Ademais, consoante a denúncia e peças do inquérito policial - estas últimas juntadas pela autoridade dita coatora -, um dos projéteis alvejou o pescoço da vítima, enquanto os outros três atingiram suas costas, o que denota intensa frieza e crueldade, sem olvidar a informação de que o Paciente parou de atirar apenas quando lhe passaram a faltar munições,

3



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio 219



oportunidade em que ainda chutou por duas vezes a cabeça do ofendido, já caído ao solo, e fugiu, tendo sido perseguido e capturado por policiais que se encontravam no local do crime.

Nesse contexto, demonstrada está, diante da gravidade do *modus operandi*, a periculosidade concreta do Paciente, impondo-se a sua segregação preventiva, com o fito de garantir a ordem pública, na esteira da jurisprudência de nossos Tribunais Superiores:

"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, II E IV DO CPB). PRISÃO PREVENTIVA. (...) PERICULOSIDADE DO AGENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. (...) ORDEM DENEGADA. (...)

2. In casu, além da comprovada materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva foi decretada para garantia da ordem pública, haja vista a periculosidade do paciente evidenciada pelo modus operandi da conduta (crime por encomenda) e fundado receio de reiteração criminosa, uma vez que também responde pela suposta prática de outro delito (roubo)"² (grifos nossos).

Não bastante, destaque-se que o delito foi perpetrado em via pública, no pátio onde acontecia a festa da padroeira do Município de Tuparetama, espaço de aglomeração de inúmeras pessoas, e que o ofendido encontrava-se num setor de brinquedos, portanto próximo a crianças, tendo sido todos expostos a grave perigo, circunstâncias que por certo elevam a

² STJ, HC 130842/SP, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, 5ª Turma, DJe 03/11/2009.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



220

reprovabilidade da conduta criminosa, de forma a exigir a segregação preventiva do acusado.

Isso dito, impende salientar que atributos favoráveis como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida não obstam, por si sós, a decretação ou manutenção da prisão preventiva do acusado, quando presente ao menos um dos fundamentos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal. Nesse sentido, confira-se o seguinte acórdão do Supremo Tribunal Federal, assim ementado:

"EMENTA: Habeas Corpus. 2. Prisão preventiva. Periculosidade. Residência em local diverso do foro da ação penal. 3. Decreto judicial fundamentado em dados concretos a justificar a prisão cautelar do paciente. 4. Primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão lícita. Circunstâncias que, por si sós, não afastam a possibilidade da preventiva. Precedentes. 5. Habeas Corpus indeferido"³ (grifos nossos).

Já no concernente ao argumento de excessiva delonga na instrução criminal, ressalte-se que, consoante inúmeros precedentes do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, "o prazo para a conclusão da instrução probatória não pode ser a mera soma aritmética dos prazos de cada ato processual"⁴. Nesse contexto, filio-me ao entendimento de que os prazos processuais não podem ser enxergados como barreiras

³ STF, HC 84341/MT, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJ 04/03/2005.

⁴ STF, HC 87275/BA, Rel. Min. Joaquim Barbosa, 2ª Turma, DJ 02/03/2007.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio 221



intransponíveis, afigurando-se muito mais relevante considerá-los sob a ótica da razoabilidade, a depender das vicissitudes do caso concreto.

Assim sendo, comunica a autoridade apontada como coatora que o Paciente foi preso em flagrante no dia 25/08/2009 e denunciado em 16/09/2009, sendo que a peça acusatória foi recebida no dia 21/09/2009. Consta das informações, ainda, que o réu formulou pedido de liberdade provisória nos autos originários, o qual restou indeferido em 25/11/2009, após parecer contrário do Ministério Público. Por sua vez, foi realizada audiência de instrução e julgamento no dia 25/01/2010, todavia, havendo faltado a ouvida de uma testemunha de acusação e o interrogatório do réu, a autoridade dita coatora designou audiência de continuação para o dia 22/02/2010, pelas 11:00h, consoante pesquisa feita junto ao Sistema de Acompanhamento Processual disponibilizado por este Tribunal de Justiça - *Judwin*.

De tal modo, deve-se considerar que o processo originário tem seguido seu curso natural, nos limites do razoável, além de a conclusão da instrução estar agendada para data próxima, de sorte que inexistente o constrangimento ilegal por excesso de prazo alegado pelos Impetrantes.

Diante do exposto, **voto** pela **denegação** da ordem.

Recife, 3 de fevereiro de 2010.


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Relator